

Atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais: estado da arte em teses e dissertações

Cristiane de Fátima Costa Freire*, Francileide Batista de Almeida Vieira** e Disneylândia Maria Ribeiro***

Resumo

No contexto das políticas educacionais inclusivas, a educação especial passou a ser ofertada através do Atendimento Educacional Especializado – AEE, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM. Essa nova configuração da educação especial despertou o interesse dos pesquisadores, gerando um número expressivo de pesquisas sobre o tema. O presente texto aborda uma investigação caracterizada como estado da arte, que teve como objetivo fazer uma análise sobre pesquisas relacionadas ao AEE ofertado em SRM, identificando desafios e possibilidades já apontados. A metodologia consistiu na busca por pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para a construção das informações foi feita uma busca através dos descritores Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais, em trabalhos produzidos no período de 2010 a 2016. Foram encontrados 31 trabalhos que constituíram o corpus de análise, organizado em quatro categorias, assim denominadas: 1) Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais; 2) Organização Pedagógica na oferta do AEE; 3) Relação entre o AEE e a efetivação da educação inclusiva; 4) Formação docente para atuação no AEE. Os resultados apontam, como possibilidades, o compromisso profissional dos educadores que atuam no AEE, a construção de posturas inclusivas e o uso de Tecnologia Assistiva de baixo custo. Em relação aos desafios destacam-se a falta de materiais didáticos e de trabalho coletivo e a necessidade de formação de professores. Aponta-se a necessidade de pesquisas com caráter interventivo nos contextos educacionais inclusivos, de modo que sejam construídos conhecimentos sobre e com os atores envolvidos.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; sala de recursos multifuncionais; inclusão escolar.

Specialized educational assistance in multifunctional resource rooms: state of the art in theses and dissertations

Abstract

In the context of inclusive educational policies, special education started to be offered through Specialized Educational Service - AEE, preferably in the Multifunctional Resource Rooms - SRM. This new configuration of special education aroused the interest of researchers, generating an expressive number of researches on the subject. This text addresses an investigation characterized as state of the art, which aimed to make an analysis of researches related to AEE offered in SRM, identifying challenges and possibilities already mentioned. The methodology consisted on searching for published research in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. For the construction of the information, a search was made through the descriptors Specialized Educational Service and Multifunctional Resource Rooms, in works produced from 2010 to 2016. 31 works were found and constituted the corpus of analysis,

* Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento do Processo de Ensino e Aprendizagem (GEPPE/UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4721-3172>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5605854305322527> E-mail: crisnenem8@hotmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Inclusão (GPCAI/UFRN). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7980-1155>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0771033292637600>. E-mail: francileide.almeida@ufrn.br.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Líder do Núcleo de Estudos em Educação (NEEd/UERN). Pesquisadora da Associação Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (AIIIPe). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1411-5880>. Lattes: Email: disneylandiaribeiro@uern.br.

organized in four categories, named as follows: 1) Implementation of the Multifunctional Resource Rooms; 2) Pedagogical organization in the offer of AEE; 3) Relationship between the AEE and the implementation of inclusive education; 4) Teacher training to work at AEE. The results point out, as possibilities, the professional commitment of educators working in the AEE, the construction of inclusive attitudes and the use of low-cost Assistive Technology. In relation to the challenges, the lack of didactic materials and collective work and the need for teacher training are highlighted. The need for interventional research in inclusive educational contexts is pointed out, so that knowledge about and with the actors involved is built.

Keywords: specialized educational service; multifunctional resource rooms; school inclusion.

Atención educativa especializada en aulas de recursos multifuncionales: estado del arte en tesis y disertaciones

Resumen

En el contexto de políticas educativas inclusivas, la educación especial comenzó a ofrecerse a través del Servicio Educativo Especializado - AEE, preferiblemente en las Aulas de Recursos Multifuncionales - SRM. Esta nueva configuración de educación especial ha despertado el interés de los investigadores, generando un número significativo de investigaciones sobre el tema. Este texto aborda una investigación caracterizada como el estado del arte, cuyo objetivo era hacer un análisis de la investigación relacionada con la AEE que se ofrece en SRM, identificando los desafíos y las posibilidades ya mencionadas. La metodología consistió en buscar investigaciones publicadas en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES. Para la construcción de la información, se realizó una búsqueda a través de los descriptores Servicio Educativo Especializado y Aulas de Recursos Multifuncionales, en obras producidas de 2010 a 2016. Se encontraron 31 obras que constituyeron el corpus de análisis, organizado en cuatro categorías, nombradas de la siguiente manera: 1) Implementación de las aulas de recursos multifuncionales; 2) Organización pedagógica en la oferta de AEE; 3) Relación entre la AEE y la implementación de la educación inclusiva; 4) Formación docente para trabajar en AEE. Los resultados señalan, como posibilidades, el compromiso profesional de los educadores que trabajan en la AEE, la construcción de actitudes inclusivas y el uso de tecnología de asistencia de bajo costo. En relación a los desafíos, se destaca la falta de materiales didácticos y trabajo colectivo y la necesidad de capacitación docente. Se señala la necesidad de investigación intervencionista en contextos educativos inclusivos, de modo que se construya conocimiento sobre y con los actores involucrados.

Palabras clave: asistencia educativa especializada; aulas de recursos multifuncionales; inclusión escolar.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as pesquisas denominadas de “estado da arte” vêm crescendo consideravelmente, abordando os mais diversos temas. No nosso caso, optamos por essa modalidade de revisão bibliográfica com o intuito de identificar os resultados apontados por pesquisas já realizadas referentes ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM. Tal levantamento possibilitou o diálogo com produções científicas da área, inserindo as nossas próprias pesquisas em um escopo de estudos já concluídos, com vistas à ampliação do conhecimento nesse campo.

Falar em inclusão escolar é falar em mudança de paradigmas, pois ela pressupõe a ruptura com o paradigma educacional vigente em termos de culturas, políticas e práticas pedagógicas. Nesse sentido, Ropoli et al. (2010) destacam que a educação inclusiva supõe a organização de uma escola que não exclua os alunos que não atendem ao perfil historicamente

por ela idealizado. Concordamos com essa afirmação, pois essa é a mudança que se espera: a construção de uma escola para todos e a oferta de um ensino que atenda à diversidade humana.

Dentre as mudanças decorrentes das políticas educacionais inclusivas, destaca-se a nova configuração da educação especial, como modalidade de ensino definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – Lei Nº 9394/96 (Brasil, 1996, Art. 58). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a educação especial, que historicamente foi organizada de modo alternativo à escolarização comum, deve agora integrar a proposta pedagógica da escola regular, garantindo também o atendimento às especificidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No que se refere ao plano governamental, embora exista uma ampla regulamentação relacionada a políticas públicas de inclusão escolar, observamos que elas se constituem, basicamente, na dimensão formal e prescritiva, não ganhando a materialização necessária, pois o que se vê são programas, propostas, leis e decretos que ficam, na maioria das vezes, apenas no nível da intencionalidade. Em defesa de um novo paradigma, Stainback & Stainback (1999, p. 21) afirmam que a “[...] educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”.

Nessa direção, uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, já mencionada, é a oferta do AEE, que se estabelece como um serviço da educação especial, complementando ou suplementando a escolarização do aluno, na busca da formação de sua autonomia, tanto na escola como fora dela. Conforme Ropoli et al. (2010, p. 17) tal atendimento é “[...] realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais”, sendo, portanto, “parte integrante do projeto político pedagógico da escola

De acordo com o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação, as salas são classificadas em dois tipos, conforme a sua composição e organização pedagógica. As *salas do Tipo I* são constituídas de microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, laptop, jogos pedagógicos acessíveis,

software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melamínico. *As salas do Tipo II* são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros específicos para o atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis (Brasil, 2010).

O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise sobre pesquisas relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais, identificando desafios e possibilidades já apontados em relação à modalidade de educação especial, no contexto das políticas educacionais inclusivas em curso no Brasil. A relevância da pesquisa se dá pela importância que esse atendimento tem para a efetivação da inclusão escolar dos alunos que integram o público-alvo da educação especial, como forma de complementar ou suplementar a sua escolarização. A seguir, será detalhado o percurso metodológico adotado na construção deste trabalho.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

No processo de produção deste “Estado da Arte”, fizemos a análise de algumas teses e dissertações realizadas e publicadas no Brasil, na área de educação, que abordam o tema em foco. A busca por esses estudos foi feita no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que reúne trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* das instituições de Ensino Superior do Brasil, através da utilização dos seguintes descritores: Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais. Com esse procedimento, foram encontrados 31 trabalhos, entre teses e dissertações, o que consideramos satisfatório, por se tratarem de pesquisas sobre a oferta do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, coincidindo com o objeto de estudo por nós investigado no curso de mestrado.

Delimitamos a busca com um recorte temporal compreendido entre os anos de 2010 e 2016, período marcado pela efervescência de discussões no campo da educação especial, em decorrência da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, e do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe

sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Tais dispositivos trouxeram impactos positivos para a área e novas compreensões acerca da escolarização dos estudantes com deficiência.

Após a definição do *corpus*, passamos à análise minuciosa dos objetos de estudo delimitados pelos pesquisadores nos referidos trabalhos, o que foi possível a partir do levantamento dos objetivos e dos resultados por eles apontados. Essa análise teve como objetivo organizar e classificar o conteúdo expresso nas pesquisas, o que está em conformidade com o que é proposto por Bardin (2009), quando diz que para “[...] uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a Análise de Conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização”.

Dessa forma, organizamos os objetos de estudo identificados nas pesquisas analisadas em quatro categorias, que foram assim denominadas: 1) Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais; 2) Organização Pedagógica na oferta do AEE; 3) Relação entre o AEE e a efetivação da educação inclusiva; 4) Formação docente para atuação no AEE. A seguir, apresentamos uma tabela em que constam informações referentes ao percentual de frequência dessas categorias.

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas por frequência e porcentagem em relação às categorias organizadas

NOME DA CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	F	%
Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais -SRM	Pesquisas que enfocam o processo de implementação das SRM em relação às orientações das políticas públicas	5	17%
Organização Pedagógica na oferta do AEE	Pesquisas que discutem aspectos pedagógicos e organizacionais, serviços e materiais utilizados no AEE	1 0	32%
Relação entre o AEE e a efetivação da educação inclusiva	Pesquisas que analisam como o AEE tem se relacionado com a melhoria do processo de inclusão escolar	1 2	38%
Formação docente para atuação no AEE	Pesquisas que abordam a formação docente com vistas a atuação profissional no AEE	0 4	13%
Total		3 1	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Por fim, passamos a registrar algumas informações sobre cada pesquisa analisada, de modo a possibilitar uma visão mais completa desses trabalhos, incluindo aspectos teóricos e metodológicos adotados pelos pesquisadores. Os resultados serão apresentados na sequência deste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos o conjunto de teses e dissertações, descrevendo cada uma das produções e explicitando o objetivo da pesquisa, a metodologia utilizada e os principais resultados. Na organização do texto, os trabalhos estão elencados por categorias, conforme já anunciado no tópico anterior.

A primeira categoria, **implementação das Salas de Recursos Multifuncionais**, compreendeu um total de 5 pesquisas. A primeira delas foi realizada por Fontes (2012), que investigou como acontece a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais e qual o seu impacto no Ensino Regular. Para isso, a autora utilizou como referencial teórico a Psicologia Histórico-Cultural, mais especificamente os estudos de Vigotski. A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, como Estudo de Caso, realizada por meio de observações, análise documental e entrevistas gravadas em áudio com as professoras do AEE e da Sala Regular, bem como com gestores e técnicos da escola investigada. Foi constatado que a inclusão vem acontecendo, porém com muitos desafios.

Outra pesquisa analisada foi a de Lima (2013), que teve como objetivo descrever e analisar como as diretrizes do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais-PISRM, no contexto do Ensino Fundamental, têm sido traduzidas por um sistema municipal de ensino no interior paulista, sob três eixos: serviço, formação e avaliação. A pesquisa se desenvolveu de forma colaborativa em um processo formativo e investigativo, junto a vinte e cinco professoras de educação especial que atuavam em SRMs e três professoras que integravam a equipe gestora da escola. Os resultados indicaram que, no sistema municipal analisado, a implementação das SRMs não é totalmente respaldada pelas diretrizes nacionais.

A pesquisa de Luna (2015) teve como *locus* as SRMs do município de Jequié/BA, tendo como objetivos: analisar o processo de implementação dessas SRMs no município, considerando as condições físicas, materiais, pedagógicas e recursos de tecnologia assistiva;

verificar a formação inicial e continuada dos professores especialistas, que atuam nas referidas salas; identificar as relações estabelecidas entre os professores especialistas e os professores da sala comum. A pesquisa tem um caráter qualitativo, desenvolvida por meio de uma análise documental e pesquisa de campo, com uso de entrevista semiestruturada, discussão de grupo focal e uma observação direta. Os sujeitos envolvidos foram a coordenadora de Educação Especial do município e as professoras das SRMs. Os resultados demonstraram que, mesmo com toda a problemática evidenciada em relação ao funcionamento e organização das SRMs, o trabalho feito com dedicação tem surtido efeito e alguns problemas têm sido, aos poucos, superados.

Nesta categoria também se encontra a pesquisa de Nunes (2014), que teve como objetivo analisar a implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva por meio das SRMs, na rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC. Foi feita uma pesquisa colaborativa, envolvendo processos simultâneos de investigação e formação, mediante organização de grupos focais com 26 professores da rede. Para a análise das informações foram utilizados três eixos: formação de professores; organização do ensino nas SRMs e nas classes comuns de ensino; avaliação do estudante público-alvo da Educação Especial.

A pesquisa de Costa (2015) se propôs analisar a implantação das SRMs no município do Rio de Janeiro, descrevendo o tipo de atendimento prestado ao alunado da educação especial nas SRMs, em duas escolas públicas deste município, entre os anos de 2013 e 2014, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com duas professoras que participaram do ciclo de Atualização em Inclusão em Educação para professores das Salas de Recursos Multifuncionais/OEERJ. A pesquisa evidenciou o impacto que uma política pública gera nas culturas, políticas e práticas de inclusão/exclusão em educação.

A segunda categoria, **organização pedagógica na oferta do AEE**, teve um total de 10 pesquisas a ela relacionadas, sendo a primeira por nós elencada a de Delevati (2012), que teve como objetivo analisar as configurações do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino fundamental, em salas de recursos multifuncionais do município de Gravataí/RS. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou como instrumentos para a coleta de dados a observação participante e a análise documental. Os resultados apontaram que, mesmo

mantendo uma sintonia com a macro política, os atores locais influenciaram decisivamente na busca por alternativas para a oferta do AEE, cuja configuração nesta rede de ensino se destaca pela circulação e produção de textos, como elementos de grande importância na organização da formação continuada dos professores.

A pesquisa de Milanesi (2012) teve como objetivo descrever e analisar os serviços das SRMs de um município do interior do Estado de São Paulo, a fim de entender como esses estão sendo organizados em relação à implementação do AEE. O estudo tem um caráter qualitativo, realizando-se a partir de um ciclo de 10 encontros com professores, em que foi aplicada a técnica de grupos focais, sendo todos os encontros filmados. Os dados coletados revelaram que o município tem se esforçado para oferecer o AEE, mas foram encontradas diversas dificuldades para atender às diretrizes indicadas pelo MEC, dentre as quais podemos destacar a falta de organização no trabalho pedagógico; ausência de formação especializada para atuação no AEE e no ensino comum; dificuldades no desenvolvimento de estratégias para identificação e atendimento dos alunos público-alvo da educação especial.

Trazemos, na sequência, a pesquisa de Silva (2014), que teve como objetivo investigar como é utilizada a Tecnologia Assistiva em salas de AEE do município de Teresina/PI e como esses recursos favorecem o processo de inclusão. A metodologia utilizada teve por base uma abordagem qualitativa de tipo descritiva, com uso de observação a realização de entrevistas. Fizeram parte do estudo três professoras que atuam no Ensino Fundamental do referido município. Os resultados apontaram que as professoras utilizam tecnologia assistiva de baixa complexidade e baixo custo, sendo relatadas como maiores dificuldades a inexistência de um trabalho integrado na escola, a ausência de um acompanhamento familiar e a sobrecarga de atividades do AEE. O estudo também aponta a importância da difusão do conhecimento a respeito da tecnologia assistiva na instituição, como também a realização de cursos de formação continuada para uso desses recursos.

Já a pesquisa de Oliveira (2016) teve como objetivo geral descrever e analisar os serviços oferecidos no AEE de uma escola localizada em um município do interior de São Paulo. A pesquisa caracterizou-se como um Estudo de Caso, tendo como instrumentos o uso de entrevistas e roteiros de observação. Os sujeitos participantes foram as coordenadoras de Educação Especial do município, uma professora de educação especial, uma professora da sala

regular e uma coordenadora pedagógica. Os resultados evidenciaram a necessidade de investimento na formação do professor especialista para a utilização de Tecnologia Assistiva, a definição de recursos e estratégias com suporte teórico, a ampliação de políticas de acessibilidade, o fortalecimento do contato entre o professor da SRM e o professor da sala regular, bem como entre escola e família.

Outra pesquisa analisada foi a de Bernardes (2014), que teve como objetivo conhecer o trabalho desenvolvido no AEE da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC, pelas vozes das professoras que atuam nesse atendimento. Para realização do estudo, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas às 34 professoras atuantes no AEE e realizada uma entrevista semiestruturada com a supervisora do Núcleo de Educação Especial responsável pela Educação Especial nas escolas municipais de Joinville. Os resultados dessa pesquisa mostraram que o trabalho do AEE, na maioria das vezes, configura-se de forma isolada, contudo, existem professores que desenvolvem um bom trabalho com a comunidade escolar, sinalizando para a perspectiva da construção de um trabalho coletivo.

O estudo de Franco (2014) teve como objetivo analisar qual seria o papel do professor itinerante de educação especial para a inclusão de alunos do Ensino Fundamental na rede municipal de uma cidade do interior do estado de São Paulo, procurando entender sua prática cotidiana e sua concepção de escolarização dos alunos com deficiência, então inseridos na escola regular do município. A pesquisa teve por base a abordagem qualitativa, sendo feitas observações em escolas diferentes, no AEE de cada professora participante, com o total de 17 sessões, de 3 horas cada. Concluiu-se, ao final, que ainda há bastante a ser feito, inclusive no sentido de um alinhamento a toda exigência que determina a legislação em vigor.

Analisamos, também a pesquisa de Melo (2014), que teve como objetivo geral discutir o trabalho pedagógico realizado nas SRMs da rede municipal de ensino de Dourados/MS, envolvendo treze professoras. Caracterizou-se como pesquisa qualitativa de cunho colaborativo, utilizando como técnica o grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Os dados revelaram que o município tem se esforçado para responder e se adequar à atual política de inclusão, mesmo tendo muitas dificuldades, principalmente quanto à formação para o atendimento nas SRMs. Aponta a necessidade da realização de uma discussão e reflexão

coletiva sobre a operacionalização da proposta por meio das estratégias e procedimentos elaborados pelos profissionais do AEE.

A pesquisa de Caldas (2015) analisou aspectos relacionados ao modo como a tecnologia computacional está inserida no AEE, e ainda, como se deu a formação de professores para a utilização desses recursos. O trabalho teve como aporte teórico a Psicologia Histórico-Cultural, a partir da abordagem vigotskiana, sendo caracterizada como um estudo de caráter qualitativo, tendo como instrumentos e procedimentos de pesquisa: grupos focais, questionário online e a entrevista semiestruturada, aplicados aos professores participantes da educação especial de uma SRM do tipo II. Salas dessa modalidade são constituídas por equipamentos, mobiliários, materiais didáticos, software e recursos de acessibilidade mais específicos ao atendimento educacional dos estudantes com deficiência visual.

O estudo concluiu que são poucos os professores atuantes nas SRMs que tiveram uma formação capaz de possibilitar a aplicação das tecnologias computacionais em sua mediação pedagógica, aliando teoria e prática, com uma formação que integrasse momentos presenciais em laboratórios, oportunizando a interação com os computadores e suas ferramentas simbólicas. Sem familiaridade com os recursos computacionais, os professores acabam sentindo-se inseguros na hora de utilizá-los, deixando, assim, de potencializar por meio desses recursos os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.

Outro trabalho analisado foi o de Amorim (2015), que teve como objetivo descrever, sob a ótica da gestão educacional e de professores, os padrões e arranjos organizacionais que estruturam a prática do AEE na Educação Infantil. A pesquisa é descritiva, do tipo estudo de caso, realizada numa cidade do interior paulista. Participaram do estudo dois profissionais responsáveis pelo gerenciamento do AEE, 17 professores itinerantes do AEE na Educação Infantil e 9 professores regentes. Para a coleta dos dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, elaborada em três versões de roteiros, uma para cada grupo de participante. Foi concluído que os atendimentos realizados pelos professores itinerantes possuem variações individualizadas; que a estrutura organizacional do AEE, mesmo oferecendo possibilidades de contato entre o professor regente e o professor itinerante, por meio do atendimento no mesmo turno, possui lacunas no âmbito da organização e do gerenciamento para a articulação das ações entre esses professores.

Finalizando essa categoria, relatamos a pesquisa de Vieira (2013), que fez um levantamento do total de SRMs existentes no município de Macapá/AP, buscando compreender como tem funcionado o serviço dessas salas no atendimento a alunos com Deficiência Intelectual nas escolas da rede municipal pública. Caracteriza-se por uma abordagem qualitativa à luz da Teoria Histórico-Cultural, realizada em três etapas. O estudo revelou que o AEE é ofertado de modo substitutivo e precário, sem regularidade na implantação das SRMs e que faltam equipamentos necessários para atender a alunos com deficiência intelectual.

Na terceira categoria, denominada de **relação entre o AEE e a efetivação da educação inclusiva**, estão agrupadas 12 pesquisas, que é o maior quantitativo dentre as pesquisas analisadas. A primeira foi realizada por Fuck (2014) e teve como objetivo geral investigar o AEE nas SRMs e suas implicações para a aprendizagem dos alunos nas classes regulares, constituindo-se como uma pesquisa do tipo *survey*, pois, devido ao grande número de participantes, utilizou o questionário como principal instrumento. Participaram 144 docentes que atuam do 1º ao 5º ano da rede municipal de Joinville e que tinham alunos em atendimento nas SRMs no ano de 2013. Foi também realizada uma entrevista com uma das supervisoras da Educação Especial da Secretaria de Educação do Município pesquisado. Das 144 professoras entrevistadas, 133 (92%) acreditam no AEE oferecido nas SRMs como potencializador de aprendizagem e do desenvolvimento dos educandos.

No entanto, é percebida uma grande falta de conexão dessa aprendizagem com a sala comum, pois a troca de informações entre os professores se dá numa relação unilateral, em que o professor especializado detém as respostas e busca encontrar as soluções para o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Apesar dos dados coletados indicarem que as professoras participantes acreditam no trabalho desenvolvido na SRM e na sua repercussão na sala de aula comum, eles apontam para a necessidade de um trabalho que se efetive de forma realmente colaborativa, em que o foco das discussões nas formações continuadas contemple também o AEE.

A pesquisa realizada por Silva (2015) teve o objetivo de compreender o papel do AEE no processo de escolarização de alunos com deficiência nas escolas regulares. Fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, a partir da perspectiva dos estudos de Vigotski, a pesquisa foi realizada com 31 professoras do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE)

das escolas estaduais do Município de Chapecó/SC. Foi feita a aplicação de questionários estruturados com questões abertas, fechadas e mistas, e mais cinco entrevistas orais com cinco professoras do AEE, de cinco escolas sorteadas da rede estadual de ensino. Os dados apontaram que a maioria das professoras possui licenciatura em Pedagogia, porém, com contratos temporários, sendo isto considerado como um dos fatores que impedem um desenvolvimento satisfatório da aprendizagem dos alunos que atendidos no AEE.

Também ficou claro que a maioria das professoras não reconhece o papel do AEE como um meio para desenvolver as habilidades psicomotoras, sensoriais, intelectuais, emocionais e sociais dos estudantes com deficiência, incluindo as funções psicológicas superiores e o aprendizado de conceitos. Assim, outro fator apontado como desafio para que se efetive o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência foi a resistência dos professores em receber assessoria das professoras do AEE, além do número elevado de atendimento a alunos diagnosticados com Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Integra esta categoria também a pesquisa de Castro (2015), que objetivou estudar a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado, com o intuito de compreender as contribuições desse serviço no processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial no ensino regular. Foi realizado um estudo documental e bibliográfico, contemplando tanto a legislação federal, como estadual e municipal que tratam do AEE. O estudo chega à conclusão de que existem sérias dificuldades quanto à efetivação do AEE, tanto na escolarização, como na humanização dos sujeitos envolvidos, evidenciando que a legislação prevê o que a prática, na sua totalidade, não tem garantido.

Já a pesquisa de Silva (2011) teve como objetivo investigar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, dentro do contexto do AEE e da sala de aula regular, identificando as relações entre ambos os processos. Foi utilizada a abordagem qualitativa, com um estudo do tipo etnográfico. Foram sujeitos participantes dois alunos com deficiência intelectual, inseridos na sala regular e no AEE de uma escola da cidade de Juazeiro do Norte/CE, como também as docentes das duas salas. A pesquisa evidenciou que a inclusão é um processo ainda em construção, que as salas de AEE, embora asseguradas pela Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, acabam por revelar a intenção de modelar as crianças para que atuem nas salas regulares e em uma sociedade de “normais”.

Analisamos, ainda, o trabalho de Souza (2013), que faz uma abordagem sobre o trabalho desenvolvido por uma professora que atua na SRM de uma escola estadual localizada na cidade de Uberlândia/MG e sua relação com o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual nas salas de aula comuns. Também investiga a influência do AEE no desenvolvimento das potencialidades educacionais desses alunos. A pesquisa se configura como qualitativa, utilizando-se de observações realizadas em duas salas de aula comuns e na SRM, bem como de entrevistas feitas com as professoras das referidas salas. Os resultados apontaram a existência de muitos professores que não fazem intervenções para a inclusão e aprendizagem dos seus alunos, principalmente os que apresentam deficiência intelectual. Assim, no contexto investigado, o AEE não contribui para a inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

O trabalho de Alves (2015) teve como objetivo descrever e analisar a oferta do AEE pela Secretaria Municipal de Uberlândia, no período de 2005 a 2014, para alunos matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e público-alvo da Educação Especial. Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e analítico. Constatou-se que a Educação Inclusiva no município de Uberlândia melhorou com a oferta do AEE, que complementou e/ou suplementou o trabalho das salas comuns, garantindo a acessibilidade necessária dos alunos que demandam Educação Especial. A pesquisa explicitou, ainda, a necessidade de comunicação e diálogo entre os professores do AEE e os da sala regular, como também de uma formação continuada que possibilite a todos os professores a aquisição de melhores estratégias de trabalho, que favoreçam a aprendizagem e desenvolvimento dos referidos alunos.

A pesquisa de Gonçalves (2014) aborda a oferta do AEE para a efetivação da proposta de educação inclusiva na rede municipal da cidade de Bagé/RS, que apresenta como opção metodológica uma intervenção com diversas atividades. O estudo tem como foco a análise crítico-reflexiva do papel do AEE na construção da educação inclusiva. Constatou-se que a rede municipal de Bagé, apesar de apresentar condições estruturais, físicas e humanas favoráveis à implementação da inclusão escolar, necessita dar um novo sentido à relação entre

o AEE, o ensino comum e a formação continuada dos profissionais, devendo estar sempre articulado aos demais serviços educacionais.

A pesquisa de Buiatti (2013) também discute aspectos relacionados à Educação Inclusiva e a oferta do AEE. O trabalho objetivou analisar documentos legais que retratam as políticas da educação inclusiva e da educação especial, refletindo sobre as dimensões da inclusão/exclusão e o uso de expressões como diferença, diversidade, o outro... O estudo defende o princípio da escolarização de todos e utiliza como referencial básico a Teoria Histórico-Cultural de Vigotsky. Foram realizadas entrevistas com os professores que atuam e coordenam o AEE e o ensino regular, constatando-se, ao final, a unanimidade, entre os participantes, da consideração de que o AEE contribui efetivamente para a escolarização dos estudantes. No entanto, foram colocados alguns problemas e limitações, tais como: dificuldade de interlocução entre as modalidades de ensino; falta de materiais para trabalhar com a demanda; espaço físico inadequado; ausência de formação continuada para os professores; problemas na realização da avaliação de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial; falta de organização do plano de intervenção.

Ainda compõe esta categoria a pesquisa de Oliveira (2014), que investigou o processo de implantação da SRM e a organização de uma escola da rede Municipal de Ensino de Ilha Solteira/SP, propondo-se a elucidar as estratégias que buscam viabilizar a inclusão escolar dos alunos com deficiência na escola comum. Foi realizado também um estudo específico sobre a APAE do referido município, que foi, por muito tempo, a única instituição responsável pelo atendimento especializado aos alunos com deficiência. Assim, houve uma investigação exploratória sobre a inclusão e escolaridade, analisando os paradigmas que cercam uma situação de mudança, diante das propostas preconizadas pelas políticas educacionais e pelas práticas escolares que envolvem o ensino regular e especial.

A pesquisa de Roth (2014) estudou a educação inclusiva e sua relação com a oferta do AEE em SRMs na rede municipal de ensino de Novo Hamburgo/RS. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e sua aplicabilidade no contexto escolar. Para atingir este objetivo foi feito um estudo descritivo, de abordagem qualitativa. Os resultados encontrados demonstraram que o desenvolvimento da educação inclusiva nessa rede de

ensino, contando com o apoio do AEE em SEM, está de acordo com as diretrizes da referida Política.

O trabalho de pesquisa de Tibola (2014) faz uma análise das políticas que configuram e viabilizam o AEE, buscando perceber suas contribuições quanto à perspectiva de uma educação inclusiva. Como lócus da pesquisa, foram consideradas as escolas públicas de Vicente Dutra/RS e seus respectivos gestores. O estudo, de caráter qualitativo, caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com a observação sistemática das instituições de ensino e o uso de um questionário estruturado, aplicado aos gestores. Como conclusão, verificou-se que as políticas estão sendo implementadas, mas que é necessário muito investimento na formação de professores para atuarem no AEE e contribuírem na efetivação da educação inclusiva.

Outro trabalho selecionado foi o de Lima (2015), que teve como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a relação entre a SRM, o AEE e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. A pesquisa foi de caráter qualitativo e exploratório, através de um estudo de caso, com análise bibliográfica e documental. Para a coleta dos dados, foi aplicado um questionário aos sete docentes que atuam na SRM, contendo questões abertas e fechadas. Os resultados indicaram que, na visão dos docentes da SRM, o AEE, enquanto política a serviço dos alunos com deficiência, mesmo que em condições precárias, pode ser utilizado como aporte na educação inclusiva e, conseqüentemente, contribuir para o desempenho total dos sujeitos atendidos.

A quarta e última categoria por nós elaborada foi denominada **de formação docente para atuação no AEE** e congregou um total de 4 pesquisas. O estudo realizado por Batista (2013), através de entrevistas, observações e pesquisa documental, investigou se a formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho/RO aos professores que atuam no AEE atende às necessidades estabelecidas para o exercício de seus trabalhos. Os resultados demonstraram que a formação continuada é o caminho disponível para o desenvolvimento profissional dos professores que trabalham com o AEE. No entanto, na execução dos seus trabalhos, esses profissionais ainda encontram dificuldades de ordem formativa, mesmo tendo obtido títulos de especialização em Educação Especial, ressaltando que um único profissional

não conseguiria dominar todas as competências pedagógicas necessárias para atender à diversidade de estudantes público-alvo da educação especial.

Nesta categoria incluímos a pesquisa de Relevante (2013), que teve por objetivo analisar como as políticas públicas inclusivas fazem efeito na produção e governamento dos professores que atuam no AEE. Para isso, baseou-se nas noções de governamentalidade e governo, desenvolvidas por Michel Foucault, como também por outros autores que defendem uma tendência pós-estruturalista para auxiliar os questionamentos sobre as práticas pedagógicas da inclusão escolar na contemporaneidade. Com isso, a pesquisa contribui para o entendimento dos efeitos que os documentos legais que regulamentam a educação inclusiva causam na produção e governamento dos docentes que buscam uma formação continuada, no campo de saber do AEE.

Já a pesquisa de Hummel (2012) teve por objetivo planejar, desenvolver e avaliar uma proposta de formação de professores para o uso de tecnologia assistiva no AEE, em SRM do ensino regular. Para atingir tal objetivo, foi adotada uma pesquisa colaborativa, organizada em cinco fases. A pesquisa apontou, negativamente, que somente alguns recursos de Tecnologia Assistiva estão disponíveis nas SRMs; que há o desconhecimento dos professores quanto à utilização desses recursos; que há pouco domínio quanto às noções básicas de informática. Positivamente, avaliou-se que o curso de formação foi significativo e que a rede de apoio colaborativa no local de trabalho é importante para a formação do professor.

Finalmente, a pesquisa de Torres (2014) teve como foco investigar aspectos da formação e atuação de professores que trabalham, na perspectiva inclusiva, com alunos que apresentam *necessidades educativas especiais*, nas SRMs da cidade de Sorocaba/SP. A pesquisa teve, como participantes, quatro professoras que atuavam nessas SRMs e contou com os seguintes procedimentos metodológicos: entrevista semiestruturada, observação participante, registros em diários de campo e uma consulta documental. Ao final, concluiu-se que, apesar das fragilidades dos programas de formação continuada para as professoras das SRMs, já houve um grande avanço, pois as próprias participantes reconhecem a influência que estas formações podem exercer na sua forma de agir diante das dificuldades e obstáculos encontrados, no dia a dia do trabalho nessas salas.

A partir de todas essas informações coletadas na pesquisa que fizemos, relacionada ao estado da arte da produção acadêmica sobre o AEE em SRM, identificamos que a abordagem qualitativa tem sido a escolha metodológica predominante nos estudos sobre o tema. Tal abordagem enfatiza o papel do pesquisador e o sentido que os sujeitos participantes atribuem a suas ações, rompendo com a neutralidade do paradigma positivista de pesquisa. No que diz respeito ao embasamento teórico, destaca-se a Teoria Histórico-Cultural como aquela que se sobressai na escolha dos pesquisadores, conferindo um caráter mais dialógico entre os participantes, os contextos de atuação e outros elementos históricos e culturais que podem explicar concepções e práticas na área da educação.

Identificamos, nos trabalhos analisados, um maior interesse pela relação entre a oferta do AEE e a efetivação da educação inclusiva, sendo a categoria com incidência de maior número de trabalhos. A categoria que ocupa a segunda posição, em número de trabalhos, refere-se ao modo como está sendo organizada a oferta do AEE. O interesse dos pesquisadores por essas duas categorias de análise se justifica por ser ainda muito recente a efetivação das políticas educacionais inclusivas, que redimensionou o modo de organização da educação especial, destituindo-a de seu caráter substitutivo para assumir um caráter complementar ou suplementar. Uma educação materializada por meio do AEE e realizada, preferencialmente, em Salas de Recursos Multifuncionais, alocadas dentro das escolas regulares.

O período de 2010 a 2016, que foi o recorte temporal por nós definido para a busca dos trabalhos analisados, configurou-se como a fase de expansão da criação das referidas salas pelo sistema educacional, bem como da definição, contratação e preparação de profissionais da educação para atuarem no AEE.

No geral, evidenciou-se que a expansão das salas de recursos multifuncionais pode ser considerada como um avanço, pois, por meio dela, a educação especial torna-se uma modalidade mais acessível ao público-alvo que dela necessita, sem que os integrantes desse público precisem estar separados dos demais estudantes. Contudo, muitos desafios ainda foram apontados para a melhor organização dessas salas e, conseqüentemente, para a oferta do AEE. Um dos desafios mais contundentes diz respeito às lacunas na formação de professores para atuar no AEE, o que demanda ações urgentes e consistentes para superação dessa dificuldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, como um direito de todos, deve ser orientada no sentido de proporcionar o pleno desenvolvimento e o fortalecimento da personalidade, sendo o respeito aos direitos e à liberdade humana um passo indispensável para a construção da cidadania e para a inclusão social e escolar de todos. Com base nessa compreensão, a educação inclusiva implica em educar as crianças em um mesmo contexto escolar, sem, contudo, negar as dificuldades que alguns estudantes apresentam, o que demanda uma proposta pedagógica organizada para contemplar as especificidades de cada um. Nesse sentido, a oferta de AEE em SRM torna-se um caminho que pode ser bastante profícuo no reconhecimento e atendimento das especificidades de cada estudante.

Os resultados da pesquisa aqui apresentada conduziram às seguintes constatações: muitos trabalhos dizem haver desafios e dificuldades no processo de implementação das SRM, mas não apontam, com clareza, quais são esses desafios. Este é um aspecto que precisa ser observado e sanado em pesquisas futuras, para que se tenha um panorama mais claro e consistente a partir dos conhecimentos produzidos. É de fundamental importância que os conhecimentos construídos pela pesquisa colaborem, efetivamente, para a redefinição das políticas públicas, na proposição de ações para a efetivação da educação inclusiva.

Dentre os resultados mais evidentes, foi apontada a importância do compromisso profissional dos educadores que atuam no AEE, que é um elemento subjetivo favorecedor da eficácia desse serviço. Também identificamos que a oferta do AEE na própria escola tem provocado mudanças na cultura escolar, favorecendo posturas mais inclusivas por parte dos atores escolares. A Tecnologia Assistiva de baixo custo tem sido um recurso bastante utilizado nesse serviço. Contudo, também se destacou a necessidade de uma melhor formação por parte dos professores para a utilização desse tipo de recurso.

Em relação aos desafios, também foi destacada a falta de materiais didáticos e de trabalho coletivo entre os profissionais que atuam na educação especial e nas salas de aula do ensino comum. Nessa direção, ressaltamos as baixas intervenções apontadas no atendimento aos estudantes com deficiência intelectual e a necessidade de formação de professores, que se apresentou como o eixo com maior incidência em todo o estudo. Assim, constatamos a

necessidade de realização de pesquisas com caráter interventivo nos contextos educacionais inclusivos, envolvendo profissionais que atuam no AEE, de modo que sejam construídos conhecimentos sobre e com os atores envolvidos. Esse pode ser um caminho profícuo na construção dos processos educacionais inclusivos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carla Barbosa. **Atendimento educacional especializado na rede municipal de Uberlândia**: implantação, organização e desenvolvimento. 2015. 173f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- AMORIM, Gabriely Cabestre. **Organização e funcionamento do atendimento educacional especializado na educação infantil**: estudo de caso. 2015. 137f. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATISTA, Geisa Cristina. **Atendimento Educacional Especializado**: trabalho e formação docente. 2013. 174f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.
- BERNARDES, Cleide Aparecida Hoffmann. **O Trabalho Docente no Atendimento Educacional Especializado pelas Vozes de Professoras Especializadas**. 2014. 182f. (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 08 out. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.
- BRASIL. **Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/recursos-multifuncionais>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- BUIATTI, Viviane Prado. **Atendimento educacional especializado**: dimensão política, formação docente e concepções dos profissionais. 2013. 324f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- CALDAS, Wagner Kirmse. **Tecnologia assistiva e computacional**: contribuições para o Atendimento Educacional Especializado e desafios na formação de professores. 2015. 214f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado**. Rev. bras. educ. espec., Jun 2014, vol.20, no.2, p.249-264.

CASTRO, Clarice Filipin de. **O Atendimento Educacional Especializado como rede de serviços e apoio na educação**: contribuições da teoria histórico-cultural. 2015. 112f. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

COSTA, Erika de Souza. **A inclusão do alunado do Atendimento Educacional Especializado no município do Rio de Janeiro**. 2015. 94f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DELEVATI, Aline de Castro. AEE: **Que “atendimento” é este?** As configurações do Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da rede municipal de ensino de Gravataí/RS. 2012. 143f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, Agosto de 2002.

FONTES, Diana Campos. **Atendimento Educacional Especializado**: um estudo de caso. 2012. 148f. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

FRANCO, Regiane. **Atendimento Educacional Especializado**: desafios do Professor Itinerante. 2014. 84f. (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2014.

FUCK, Andreia Heiderscheidt. **O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais na Concepção dos Professores da Sala Comum**. 2014. 190f. (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

GONÇALVES, Aline Quintana. **Gestão do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de Bagé na construção da inclusão escolar**. 2014. 165f. (Mestrado Profissional em Educação) – Fundação Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2014.

HUMMEL, Eromi Izabel. **Formação de professores de salas de recursos multifuncionais para o uso de tecnologia assistiva**. 2012. 231f. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2012.

LIMA, Cicera Aparecida Nogueira. **O atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais em um município do interior paulista**. 2015. 189f. (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LIMA, Cristiane Bacelar. **Atendimento Educacional Especializado**: percepção de professores de escolas públicas municipais de Salvador/BA. 2015. Undefined f. (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2015.

LUNA, Christiane Freitas. **Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)**: uma política pública em ação no sudoeste bahiano. 2015. 223f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MELO, Hellen Cristiey Batista de. **A versão das professoras das salas de recursos multifuncionais do município de Dourados/MS**: atuação no Atendimento Educacional Especializado. 2014. 113f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

- MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista**. 2012. 185f. (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- NUNES, Roselene. **Política de inclusão escolar na ótica de professores de sala de recursos multifuncionais da rede municipal de Florianópolis/SC**. 2014. 114f. (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014.
- OLIVEIRA, Amanda Carolina Martins de. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: o atendimento educacional especializado em Ilha Solteira/SP**. 2014. 102f. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2014.
- OLIVEIRA, Cassia Carolina Braz de. **Sala de Recursos Multifuncionais: um estudo de caso**. 2016. 168f. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2016.
- REVELANTE, Patricia. **Políticas públicas inclusivas: implicações na formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. 2013. 100f. (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.
- ROPOLI, Edilene Aparecida; et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- ROTH, Fatima Liliane Oliveski. **A educação inclusiva no município de Novo Hamburgo: a sala de recursos multifuncional em foco**. 2014. 171f. (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2014.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- SILVA, Fabrícia Gomes da. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em discussão**. 2011. 169f. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- SILVA, Cleudia Maria Ferreira da. **A Tecnologia Assistiva nas salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE no município de Teresina/PI**. 2014. 117f. (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- SILVA, Mara Cristina Fortuna da. **O atendimento educacional especializado e o processo de escolarização dos alunos com deficiência**. 2015. Undefined . (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.
- SOUZA, Ivete Cristina de. **Sala de recursos multifuncionais e sala comum: a deficiência intelectual em foco**. 2013. 133f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, UFU, 2013.
- TIBOLA, Carina Luisa Kurek. **Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: dos Aspectos Legais à Implementação do Atendimento Educacional Especializado – AEE**. 2014. 134f. (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2014.

TORRES, Miriam de Rosa. **Salas de recursos multifuncionais**: um estudo sobre a formação e atuação de professores. 2014. 118f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

VIEIRA, Cleidenira Teixeira Monteiro. **O Atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais aos alunos com deficiência intelectual, na rede municipal de Macapá/AP**. 2013. 79f. (Mestrado em Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

Recebido em: *Abril/2024*.

Aprovado em: *Maior/2024*.